



grupo parlamentar

## REQUERIMENTO

### **ASSUNTO: COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO RELATIVAMENTE À MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PREIT**

O Plano de Revitalização da Ilha Terceira (PREIT) surgiu em janeiro de 2015 sob a responsabilidade do Governo Regional, após auscultação das entidades representativas da Ilha Terceira, como são as Câmaras Municipais da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo, o Conselho de Ilha da Ilha Terceira e a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

O propósito deste documento centrava-se numa alternativa objetiva e estruturada para a Ilha Terceira, consistindo na elaboração de um plano integrado no qual constam um conjunto de medidas no âmbito da proteção social dos trabalhadores e respetivas famílias, da mitigação dos impactos negativos sobre a economia da ilha Terceira e da sua valorização económica no futuro, inerentes à decisão da Administração dos Estados Unidos da América em reduzir significativamente a sua presença militar e civil na Base das Lajes.

Para os deputados eleitos pelo PSD da ilha Terceira, o PREIT é um ato falhado de 20 anos de governação socialista, na medida que assume as propostas do PS prometidas ao longo de 20 anos de governação, e que continuam por cumprir, retirando muita responsabilidade do não cumprimento das mesmas do executivo regional. Ao PS não

faltou tempo, não faltou estabilidade e não faltou dinheiro para cumprir com o que prometeu aos Terceirenses!

O PREIT remete responsabilidades não só para o Governo dos Açores, mas também para os Municípios da Ilha, Governo da República e Governo dos Estados Unidos da América, e dois anos após a sua apresentação pública, continuamos sem saber como decorreram por exemplo, as negociações dos 167 milhões de euros anuais mencionados no documento, que são da responsabilidade do Governo Norte Americano.

Considerando que em outubro do ano passado, durante a campanha eleitoral, o Partido Socialista anunciou o cumprimento de 82% das medidas inscritas no PREIT, e que desde essa data, mais nada se soube sobre a taxa de execução do documento.

Considerando o EIXO 12 das medidas da Responsabilidade do Governo dos Açores, que anuncia a criação de uma comissão de acompanhamento, cujo o objetivo é a monitorização da implementação do PREIT, e em particular a do programa alternativo de reutilização das estruturas e infraestruturas a serem libertadas, numa perspetiva integrada de desenvolvimento local e regional.

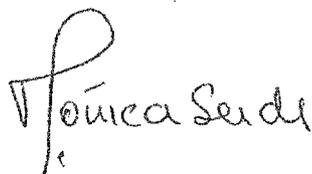
Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

- 1- Qual a constituição da comissão de acompanhamento acima referida, bem como a frequência com que a mesma reúne.
- 2- Quais as conclusões obtidas relativamente à execução das medidas inscritas no PREIT, bem como obstáculos à não execução das mesmas.

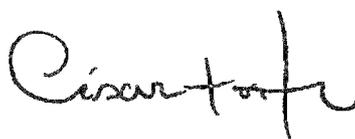
- 3- Quais as diligências levadas a cabo pela comissão sempre que se verifica algum incumprimento pelas entidades com responsabilidade sobre o PREIT.

Horta, 2 de março de 2017

Os deputados regionais,



Mónica Seidi



César Toste



Luís Rendeiro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: <b>706</b>	Proc. n.º 54.03.03
Data: 01 / 03 / 02	N.º 118 / X.1